

# Falta de Coragem

O Presidente Sarney declara que o Brasil vai se voltar para o mercado interno a fim de crescer de 4 a 5%: não é propriamente uma conversão, mas uma capitulação à teoria econômica de que os nossos problemas são de origem externa e as soluções nacionais representam menores sacrifícios. Apenas, essa teoria sempre foi desautorizada pelos resultados catastróficos.

O Governo Geisel também pretendeu ser uma ilha de prosperidade em meio a uma economia mundial em crise, e acabou erigindo uma dívida externa monumental em homenagem ao equívoco. A inflação que legou aos seus sucessores é apenas o pagamento da megalomania autoritária. O confinamento econômico ao mercado interno retomado por Sarney é a utopia do avestruz, mas não adianta enterrar o pescoço para não ver a inflação. Ela está entre nós.

Enquanto a inflação se derramar do Governo sobre a sociedade, não haverá desenvolvimento econômico que se sustente: ela confisca a produção, os salários, os lucros. Só não assume os prejuízos. O mercado interno não resiste mais às emissões descontroladas que fazem do Governo um rei Midas de papel: tudo em que toca se incendeia em preços altos.

O Brasil vivia exclusivamente para o mercado interno, mas bem antes de Sarney e Geisel: até a chegada de Pedro Álvares Cabral, desconhecíamos a existência do mundo e o mundo a do Brasil. A teoria do mercado interno como salvação da lavoura é desculpa de devedor que não quer assumir responsabilidades de pagar a dívida externa. Nada mais. É uma opção que remete o Brasil de volta aos padrões políticos e culturais do terceiro-mundismo e uma confissão de falência.

De que outra forma entender — senão como aviso do que se prepara para anunciar à nação no dia 22 — a confissão presidencial de que “é preciso acabar com a neurose do déficit público, expansão monetária e alta taxa de inflação”? É preciso acabar — isto sim — com o déficit público para a inflação retroceder a níveis suportáveis. Sem autoridade política, no entanto, o Governo acumplicia-se com o desregramento dos gastos públicos e escorrega sobre a base monetária, em expansão, já fora do seu controle. É preciso, portanto, em primeiro lugar, acabar com a inflação. A falta de competência política para conter as despesas perdulárias do Estado se refugia, porém, na equívoca tese do **calote patriótico**.

Quando declara que não tem pressa em fazer acordo com os credores internacionais, o Governo está tentando simplesmente criar opinião pública para fugir às obrigações internacionais do Brasil e impingir aos brasileiros maiores sacrifícios, sob a forma de dramáticas privações. Não é por acaso, e sim por cálculo político, que o Presidente José Sarney invoca o precedente de Juscelino Kubitschek como patrono: quer repetir, sob outras circunstâncias históricas, a receita aplicada nos anos 50 a um país subdesenvolvido. O Governo Kubitschek não rompeu com o FMI: apenas esfriou, para uso interno, relações que foram mantidas em

segredo político. Mesmo assim, o precedente teve um custo que não foi politicamente cobrado ao ex-Presidente, mas se transferiu aos seus sucessores e puniu os brasileiros em ondas sucessivas de consequências.

Será que o Presidente Sarney ainda não ouviu a observação de Marx, segundo a qual a repetição de uma fórmula histórica adota a inevitável forma de farsa? O Brasil rompeu as ilusões do mercado interno para se abastecer dos recursos externos que impulsionaram o seu desenvolvimento. Tornou-se presença econômica internacional e quer agora regredir ao estágio de exportador de matérias-primas? Pois o terceiromundismo é a doutrina do ressentimento do exportador de matéria-prima. Depois de exportar manufaturados, o Brasil pretende o quê? Consumir o excedente agrícola e industrial com o ilusório poder aquisitivo da inflação? Não, a inflação sempre está à frente dos salários, na corrida suicida por um mercado interno de arruinados.

A coragem de que o Brasil precisa não é a do caloteiro e, sim, a de um governo disposto a enfrentar os gastos públicos como remédio para debelar a inflação. O desregramento das despesas públicas abalou o autoritarismo e impede a pretensa Nova República de estabilizar-se com a confiança da sociedade. A inflação brasileira tornou-se resistente ao tratamento gradual porque está amarrada à indexação geral: a correção monetária a sustenta. A prova de coragem seria o tratamento de choque, que isenta a sociedade dos efeitos porque fulmina apenas as despesas públicas.

Que leva o Governo Sarney a refugiar-se no calote internacional? Sem dúvida, o calote dos compromissos democráticos que Tancredo Neves tão bem exprimiu: ou o Brasil acaba com a inflação e se liberta do estatismo econômico, ou não haverá que pensar em democracia. O sucessor de Tancredo Neves fez o controle de preços para distrair a opinião pública, mas já admite o recrudescimento da inflação para muito breve. Era fatal. E, diante das pressões burocráticas e ideológicas, reduziu apenas simbolicamente os gastos públicos: cortou previsões de despesas no orçamento, que é papel, e deixou a guitarra continuar imprimindo papel-moeda para pagar as despesas por fora do orçamento.

Não há nação que possa ser levada a sério quando tergiversa no cumprimento de obrigações livremente assumidas, negociadas e renegociadas. Externa e internamente a Nação sente-se à véspera da insolvência moral, de que o Governo se faz gestor pela recusa em agir com seriedade diante dos credores externos e dos credores internos, que o supunham capaz de cumprir o compromisso de debelar a inflação.

Entre a inflação e o desenvolvimento não pode haver dilema: quando a inflação cai, o desenvolvimento se torna possível. Não há contradição e sim confusão nas cabeças que pensam para o Governo. Sabem todos onde está o problema e de que forma pode ser conseguida a solução. Falta apenas coragem política.